

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

Ata da 4ª Reunião Ordinária do 3º Ano Legislativo, da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada no dia 21 de fevereiro de 2019. Aos vinte e um dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, sito à Rua Vigando Kock, nº 69. Presentes a totalidade dos senhores vereadores. Reuniu-se a Câmara Municipal, em sessão ordinária, sob a presidência do vereador Peter Alexandre Kneubuehler e secretariada pelo vereador Marco Rodrigo Redlich. Havendo quórum legal, em nome de Deus foi aberta a sessão. Feita a leitura do Artigo 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo vereador Daguimar Nogueira. **ATA:** Discutidas e aprovadas as atas da 2ª e da 3ª reuniões ordinárias, deste terceiro ano legislativo da 18ª Legislatura. **EXPEDIENTE:** Do Expediente constou: Requerimento de Informação 128/2019 do vereador César Augusto Accorsi de Godoy; Ofício 023/2019 da Câmara de Vereadores de Rio Negrinho e ofício da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Bento do Sul. **Correspondência Expedida:** Os ofícios expedidos constam da pauta, que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA:** Dentro da ordem do dia, o senhor presidente, colocou em discussão única a Moção 106/2019. Livre a palavra, manifestou-se o vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima dizendo que a Moção nº 106/2019 vem como um reconhecimento ao Rotary Club São Bento do Sul – Cidade dos Móveis. Destacou, dentre muitos serviços prestados pelo clube, a oficina de papeis, formatado junto à APAE sendo uma das fontes de renda da instituição. Também relatou sobre a atividade Ryla - Rotary, a qual forma jovens líderes na comunidade. O vereador Marco Rodrigo Redlich foi favorável à Moção nº 106/2019, parabenizou o vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima, pois esses projetos acrescentam na evolução do município com apresentação desses grupos voluntariados. Colocou em votação a Moção nº 106/2019, foi à mesma aprovada por unanimidade. Colocou em discussão única a Moção nº 107/2019, Livre a palavra manifestou-se o vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima, fazendo um apelo relacionado ao Instituto Geral de Perícias - IGP, onde se sabe que foi realizado concurso público, entretanto as pessoas aprovadas não foram chamadas e estamos contando no instituto, somente com um perito, fato que se lamenta, pois eventualmente esses profissionais precisam responder também em outras cidades como Campo Alegre, Rio Negrinho e dependendo do plantão, Mafra e cidades adjacentes ou até mesmo em tempo de férias do profissional, ficando isento do serviço, tendo que deslocar profissionais de outros municípios para atender as pessoas ou vice-versa. Seguiu a discussão com o vereador Daguimar Nogueira, onde relata que ouvindo de fora não se consegue explicar o tamanho do problema e gravidade quando se trata daquele que precisa de um laudo final para adicionar em um processo, onde tem que esperar meses ou anos, achando frustrante essa situação. O vereador Fernando Mallon questionou sobre uma conversa realizada em seu escritório de atuação depois da

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

última sessão, onde falaram que o governo do estado, especificamente o IGP é pródigo em desrespeitar a lei dos peritos, onde relata sobre um caso de um cidadão que prestou concurso para Perito Ambiental, onde no edital exigia alguns itens de engenharia, no qual verificaria danos relacionados ao meio-ambiente, porém esse profissional está fazendo perícia de tiro, lesões, furtos em várias outras cidades pela falta de profissional, exceto perícia ambiental, visto o desrespeito com a legislação que o estado aprovou. Em contrapartida, a lei fala que ocasionalmente na ausência de peritos esses profissionais podem ser deslocados para outras funções. Colocou em votação a Moção nº 107/2019, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Colocou em discussão única o Requerimento de Informação nº 128/2019, manifestou-se o vereador César Augusto Accorsi de Godoy, dizendo que o que não conseguia em quatro meses, conseguiu em três dias, graças a sua articulação verbal na última sessão, onde várias pessoas entraram em contato perguntando qual sua indignação, e recomendou que assistissem à última sessão, a qual deixou claro. Nessas conversas constatou que houve muitos desencontros de informações, onde alguns diziam que a assembleia ainda não aconteceu e outros que já aconteceu, porém vai entrar na pauta, sendo assim solicitou via Requerimento de Informação as atas dessas assembleias que eventualmente aconteceram, para poder discutir a matéria e avaliar o orçamento de uma forma mais minuciosa. Manifestou-se o vereador Fernando Mallon, dizendo que viu uma matéria no jornal sobre a indignação do vereador Godoy na Câmara e depois de uma postagem feita pelo mesmo sobre essa situação, onde questionou que no dia 25 de junho de 2018, foi feita a primeira discussão de Projeto de Lei do Executivo nº 147/2018, onde pediu autorização para abertura de um crédito adicional especial no orçamento do município, esse projeto tinha intenção de uma forma indireta, autorizar o repasse de recurso para AMUNESC sem precisar novo envio de Projeto de Lei específico. Relata sobre a primeira discussão onde não esteve presente durante esse assunto, porém achou estranho, pois a grande maioria desses projetos possui uma justificativa simples e aquele foi realizado uma de três/quatro páginas. No mesmo dia, chegou em sua casa e recebeu ligação de uma pessoa muito próxima da cúpula do governo, onde foi questionado se viu a armadilha que existia no projeto, o mesmo falou que achou estranho mas não conseguiu identificar até então, o informante falou sobre uma parte do projeto onde diz que não irão mais mandar novos Projetos de Lei nos próximos anos. No dia 02 de julho o vereador Fernando Mallon tinha apresentado um Requerimento de Informação, onde pergunta à prefeitura, se entendia que uma lei de 2012 era válida por todos os anos e por conta dessa mudança orçamentária, não precisava mais mandar projeto, onde o requerimento foi aprovado depois de grandes discussões. Recebeu essa resposta dia 09 de julho, um pouco antes de entrar na Câmara para a sessão, com dez páginas e respostas enviadas, dirigindo para outro caminho, solicitou vistas do projeto, porém foi negado e o projeto seria discutido e votado naquele dia. Colocou em alto que foi aceito mesmo sabendo que eles não precisariam mais mandar

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

Projeto de Lei, sendo assim, não precisariam mais da Câmara. Questionou que o requerimento do vereador Godoy vai servir para criticar, mas deve-se pensar se existem formas de rever essa situação, de revogar a lei de 2012 e se possuem competência para isso, o vereador fez essa sugestão de estudo ao vereador Godoy e se for o caso fazer um projeto nesse sentido, vendo que corre o risco do orçamento deste ano vir maior ainda, equivalesse lembrar que existem outras necessidades importantes para serem supridas. É favorável ao requerimento, porém falou que é pouco, só servirá para fazer tumultuo. Com a palavra o vereador Nivaldo Bogo, indagou que não se sabe se virá algum projeto para está casa para que se autorize esse repasse, onde se percebeu que isso não aconteceria pela forma como foi prevista no orçamento. Desta forma questionou a possibilidade de revogar esta lei, porém não sabe se é interesse da maioria para ser revogada e dessa forma forçando para que se faça esse ajuste orçamentário em que estão se manifestando há tanto tempo. O vereador ainda mencionou ano passado, que existiam forças externas nocivas e perigosas para a prefeitura que estavam na AMUNESC com interesse na aprovação, justificando os telefonas que aconteciam para o vereador Godoy, instigando para a aprovação do Projeto. O mesmo acredita que está causa ainda trará problemas para o prefeito. O vereador Godoy, falou que não pode exigir nada, mas tem a possibilidade de fazer um Requerimento de Informação, e relatou que o objetivo não é fazer barulho e sim fundamentar, até porque, se não lhe falhe a memória seu voto foi quase decisivo para a aprovação da lei, então ele pode ir atrás também. Deixou registrado que irá fazer uma pesquisa com sua assessora com relação a derrubar a lei e legislação. Quanto ao levantamento do vereador Nivaldo Bogo, relatou que sua assessora fez um levantamento e constatou que Joinville não teve reajuste e está em atraso, enquanto tivemos reajuste, porém não sabe se teve reajuste. Entretanto, falou que o lado bom disso tudo, é que na segunda feira mesmo, recebeu uma ligação da assessoria do gabinete do prefeito de Balneário Barra do Sul que irá assumir, o qual leu uma matéria e não entendeu o que estava acontecendo e gostaria de informações, colocou como positivo, por nem ter assumido ainda e já estar interessado. Falou ainda, que está em tempo de ser corrigido, o que não pode é fechar os olhos e fingir que nada está acontecendo e sente muito pelo que está acontecendo, pois quando se engana um vereador, não engana somente a ele e sim uma parte da população bastante significativa. O presidente Peter Alexandre Kneubuehler, disse que estão bastante certos de que na manifestação, houve uma dentro da AMUNESC também, para que esses percentuais fossem revistos, para que houvesse no mínimo uma tratativa de ao menos se fazer uma equalização desses percentuais, pois a relação de percentual que cada município contribui para a AMUNESC não é equitativa com relação à população, porém têm seus critérios, que não sabe-se ao certo quais foram utilizados quando foi construída essa tabela e a nossa expectativa era justamente essa, entretanto não é o caso de revogar a lei a qual se referiu o vereador Fernando Mallon que irá resolver

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

essa questão, neste mesmo sentido o caso de passar o recurso sem que venha uma lei específica para a Câmara a partir da lei aprovada no ano passado, não interfere diretamente nos percentuais, pois se fosse assim já havia sido resolvido nos últimos anos. Sendo assim, uma coisa está ligada a outra indiretamente, mas diretamente a revogação da lei não resolve a questão dos percentuais. O vereador Godoy concordou plenamente com o presidente, que com a lei não vai resolver o problema, porém ressaltou que não é a falta dela que vai impedir de fazer um novo repasse para AMUNESC, a final podem votar em um orçamento e rejeitar, afirmou que não perderam a soberania e força, pois ainda há recursos para lembrar a AMUNESC de quem dá as cartas. Concordou o presidente, onde disse que a discussão não vem à tona a partir do envio de um Projeto de Lei e sim na formulação do orçamento. O vereador Daguiomar Nogueira, comentou que a montagem de tudo isso em Serra a baixo, nós somos o município comandado, por ser pequeno diante de Joinville, se esta não quiser pagar, não paga, porém somos destaque em Serra à cima. Deixou claro que é a favor de que seja AMPLANORTE e não AMUNESC. Colocou em votação o Requerimento de Informação nº 128/2019, que foi aprovado por unanimidade. Colocado em segunda discussão o Projeto de Lei Executivo nº 219/2018, Livre a palavra manifestou-se o vereador Claudiomar Wotroba, relatando que esta discussão está acontecendo desde o ano passado, referente a regularização das motofrete, as quais modelaram conforme a necessidade que a associação de motofrete optava por melhor. Cada profissional motociclista terá que ter um alvará pessoal para poder utilizar os veículos na atividade, o qual será registado na categoria Aluguel; Os veículos poderão ter no máximo quinze anos da data de fabricação; Cor padronizada no branco, por questão de identificação; Baú específico para cada tipo de entrega; Vedado o transporte de produtos que possam oferecer riscos, como produtos tóxicos; Potencia mínima é de 125 cilindradas; Cada doze meses será realizado a inspeção veicular; Motociclista habilitado na categoria A por pelo menos dois anos e a fiscalização será realizada pelo DETRU. O vereador Fernando Mallon fez uma observação falando que os motociclistas de motofrete querem justamente afastar os clandestinos, mostrou-se favorável. Destacou que isso só vai funcionar se houver fiscalização, onde o DETRU manda para a polícia quais veículos passaram pela vistoria e os que não estarem na lista são clandestinos. Com a palavra o vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima falando que este Projeto de Lei irá valorizar muito a profissão desses profissionais, colocou em alta também a campanha sobre um trânsito mais seguro, pois às vezes as entregas são feitas com muita pressa e acaba colocando suas vidas e de outros em risco. O vereador Edimar Geraldo Salomon foi favorável ao Projeto de lei, e expõe a questão de identificação dos veículos que serão aprovados, pois praticamente todos os clandestinos serão identificados, favorecendo a valorização do trabalho dessas pessoas. Seguindo com o vereador Claudiomar Wotroba, que também deu ênfase à valorização desses profissionais, pois os clandestinos acabam tirando o

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

trabalho dos profissionais que são habilitados para isso, agindo com deslealdade. O vereador Marco Redlich mostrou-se favorável ao Projeto, enfatizando que artigos que compõem essa regulamentação, notam que o grande foco é garantir proteção a todos principalmente ao trabalhador através das normas exigidas. Parabenizou o vereador Wotroba. Com a palavra o vereador Daguimar Nogueira parabenizou os trabalhadores de motofrete, pois é um trabalho desafiador, e a consequência de um acidente pode ser grande, dá como exemplo a linha de cerol para empinar pipas que eventualmente pode atingir o motoqueiro, causando uma tragédia. Colocou em votação o Projeto de Lei Executivo nº 219/2019, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Colocado em segunda discussão o Projeto de Lei Executivo nº 245/2019, ninguém se manifestou, foi o mesmo colocado em votação e aprovado por unanimidade. Levado em segunda discussão o Projeto de Lei Executivo nº 246/2019, ninguém se manifestou foi o mesmo colocado em votação sendo aprovado por unanimidade. **PALAVRA LIVRE:** Nesse momento ausentaram-se o vereador César Augusto Accorsi de Godoy e o vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima. O vereador **Jairson Sabino** fez uso da palavra livre, destacando alguns pontos sobre obras nesse município, como dois pergolados na Praça Getúlio Vargas, a qual foi submetida a uma obra que custou R\$ 199.000,00, que assustou algumas pessoas e causou questionamento do que foi usado, não soube dizer, apenas o que observou, como o concreto, a base, os palanques e a tampa, afirmou que dá uma boa casa, que poderia ser feitas tantas outras coisas boas. Também citou sobre uma reforma dos banheiros da Praça Getúlio Vargas, ao custo R\$ 70.000,00, que foi muito custoso e as pessoas questionaram esse custo, com muita tristeza se manifesta em relação a esses custos investidos em obras, e afirmou que tem algo errado, além de que, expõe que nunca fazem e quando fazem é de valor alarmante. Deixou registrado também o vergonhoso caso da Associação de Servidores Públicos - ASP, em que relatou que em um ano e meio o delegado ficou parado em cima do processo, em que deve ter escutado os dois mil e quinhentos funcionários da prefeitura, depois mandou para o fórum e o Excelentíssimo Juiz está com o processo que se arrasta, sendo que o povo quer saber, o judiciário deve uma resposta, porque além da agiotagem que nem é interesse do povo, e de outras práticas que teriam acontecido, ainda há compras de votos, totalmente ilegal, mas não se fala nada, como se não existisse. Em relação à AMUNESC sempre foi contra, sendo desproporcional e irracional, pois temos também a AMPLANORTE, nesta mesma via o vereador falou “é idiotice dar dinheiro para AMUNESC”. Deixa registrado o dia do imigrante italiano, parabenizou esta nação. O vereador **Nivaldo Bogo** iniciou falando “procura-se o secretário de obras de São Bento do Sul”, o qual fez transmissão de fotos de alguns locais como a Rua Pedro Fleischman, na qual há muitas pessoas que circulam, sendo que existe uma erosão ocorrendo logo ao lado da pista, a qual já está cedendo por consequência de uma boca de lobo entupida, onde pode acarretar no desmoronamento da pista. Na Rua Denise Harms, a situação é séria, pois é

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

anexa a escola e possui fluxo grande de crianças. Outro caso é o acesso da Urca, que se encontra com muito mato, trazendo riscos as crianças devido animais peçonhentos, o qual o fluxo é grande e relata sobre boca de lobo também entupida, alagando a pista. Expôs a falta de grade na boca de lobo na Rua Francisco Loersch, em que já aconteceu de carros caírem nela. Outra situação é a cobrança da drenagem do rio que corta a Rua Paulo Tschoeke e a Rua Ilka França, onde já geraram diversos problemas para os moradores. Relatou também sobre as roçadas na Eichendorf entre Posto do Mel, que é feito descaso pela prefeitura, também questionou o uso de drogas na proximidade da escola. O vereador **Edimar Geraldo Salomon** fez um questionamento por parte da comunidade e pede explicação ao vereador Marco Redlich, sobre o esgoto sanitário que está sendo implantado no município, as calçadas muito bem feitas e achou importante a retirada dos petit pavê que estão complicando. A pergunta concedida ao vereador foi referente à faixa para os deficientes visuais, onde foi questionado sobre a não existência da mesma e pergunta se há no projeto e se vai ser feita. Em resposta o vereador Redlich se manifestou falando que esse é um questionamento que já havia aflorado há algumas semanas devido às primeiras calçadas que estão sendo feitas na Rua Jorge Lacerda, onde as calçadas estão atendendo os padrões de acessibilidade para atender deficientes visuais, entretanto existe uma nova resolução da ABNT que alterou as regras de como funciona a colocação do piso tátil, isso gera certas dúvidas pela calçada não ser mais composta em sua linha de extensão pelo piso, na nova regra o piso fica somente em pontos de interferência, como por exemplo, quando há rebaixamento de via ou quando há obstáculo tem as marcações e nas bordas para a pessoa não sair, mas está dentro das regras. O vereador presidente **Peter Alexandre Kneubuehler** manifesta-se em relação à AMUNESC, o qual recebeu um relatório desta, acerca dos valores que foram recebidos pelo município para 2019 ou que terão retorno de ICMS para São Bento do Sul a partir da atuação da AMUNESC e esses valores são aproximadamente R\$ 3 milhões que com a atuação da AMUNESC junto aos órgãos do governo do estado consegue reverter, é um direito do município, mas que se não houvesse a ação, crê que é como um advogado lidando na lide tributária, fazendo suas argumentações e conseguindo através de seus cálculos e argumentações, aquilo que por si, não viria. Deixou claro que é possível que a AMPLANORTE faça esse trabalho também, porém não se sabe se lá existe esse serviço, entretanto se deve fazer uma pesquisa, para saber qual trará mais benefícios. Com relação às obras na praça, o mesmo conversou com o Rodrigo da Secretaria de Planejamento do Executivo, o qual falou que o espaço interno dos banheiros vai ser amplamente ocupado, onde são 37m² que não pode ser ampliado e não pode ser construído um novo por questões ambientais. Questiona que se analisarmos os gastos feitos em cozinhas ou banheiros, eles são maiores, devido os materiais necessários, desta forma ele crê que a reforma está dentro dos valores esperados, podendo cair com licitações. O vereador **Fernando Mallon** falou sobre a

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

EBM Antônio Tremel, o qual segundo informações já estão procurando solucionar, pois quando chove não é goteiras é enxurrada nas salas de aula. Questionou que as escolas devem estar em boas condições para receber os alunos e não estão dando conta de fazer uma reforma porque não tem verba, não entende o que está acontecendo. Questionou também sobre uma reclamação de uma das moradoras da Rua Francisco Hornick, relacionado à colocação de rede de esgoto, a qual foi até um pedaço da rua, quase chegando ao topo do morro, pararam por falta de material e só retornam quando chegar material, sendo trabalho da Secretaria de Obras, vindo desde novembro e se não fizer até o final vai haver problemas com erosão. Deixa registrado, que foi arrumada a Rua do Parque Jean, arrumaram também o semáforo da frente da igreja Matriz, porém não arrumaram o da Condor, onde teve um sério acidente. E fez reclamações relacionadas às roçadas. O vereador **Daguimar Nogueira** agradeceu o Jornal A Gazeta pela matéria relacionada à viagem para Brumadinhos, aonde irão para atender, são em média de trinta a quarenta pessoas que precisam ser ouvidas para desabafar. Agradeceu a casa, família e amigos. Fez um alerta aos pais, relacionado a dar bebida alcoólica para crianças acarretando em vícios. O vereador **Marco Rodrigo Redlich** falou sobre a realidade que se instala em São Bento do Sul em relação às novas calçadas que estão acompanhando as obras de saneamento que o SAMAE vem executando com recurso Governo do Federal e a nova cara que ela pode dar ao nosso centro da cidade, é interessante falar que em algumas ruas a rede de esgoto passa pelo centro da via e depois as ligações são feitas estilo espinha de peixe para residências e comércios, porém no centro há dificuldades devido às galerias no meio da via, redes de gás, rede de telefonia, são vários obstáculos para fazer uma obra dessas, então a opção é fazer duas redes nos dois lados das calçadas, sem interferências. Nas obras das calçadas pelo SAMAE, serão trocados Petit Pavê por Paver, facilitando a locomoção das pessoas. Falou sobre algumas cobranças que fizeram, em relação as colocações do vereador Bogo, também recebeu reclamações da Rua Denise Harms, são ruas que vão receber pavimentação, então foram trocados tubulações pluviais, já foi feita a rede de esgoto sanitário e com a nova pavimentação também será feita a nova calçada, desta forma estão em processo de obras. Na Rua Paulo Tschoeke, realmente existe problemas, porém é mais grave do que só as dragagens, sendo necessária intervenção na secretaria de obras para que troquem as tubulações, pois existem muitas preocupações com enchentes. Questionou sobre as reclamações que acontecem em respeito às obras, e relatou que foi lançado um desafio para que a população lançasse um projeto que fosse mais barato, neste tiveram um vencedor, porém os que falaram que fariam pela metade do preço não apareceram nem para sugerir melhoria para gestão municipal. Não havendo mais nada a se tratar, o senhor presidente Peter Alexandre Kneubuehler agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 25 de

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”
fevereiro de 2019, às dezenove horas e encerrou esta, mandando lavrar a
presente Ata. Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2019.

PETER ALEXANDRE KNEUBUCHLER
Presidente

EDIMAR GERALDO SALOMON
Vice-Presidente

MARCO RODRIGO REDLICH
Primeiro Secretário

DAGUIMAR NOGUEIRA
Segundo Secretário

CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

CLAUDIOMAR WOTROBA

FERNANDO MALLON

JAIME PEDRO FERREIRA DE LIMA

JAIRSON SABINO

NIVALDO BOGO